



Senado aprova PEC que torna estupro crime imprescritível

Proposta de emenda à Constituição, que agora vai para a Câmara, busca combater a impunidade, determinando que o criminoso poderá ser processado e punido mesmo depois de muitos anos. Hoje esse tipo de crime prescreve em no máximo 20 anos

O Plenário do Senado aprovou ontem em segundo turno uma proposta de emenda à Constituição que torna imprescritível e inafiançável o crime de estupro. O texto teve 61 votos a favor e nenhum contrário. Agora seguirá para a análise dos deputados.

Autor da PEC, Jorge Viana afirmou que muitas vítimas não notificam o crime e podem levar muito tempo para conseguir denunciar a agressão. A imprescritibilidade, argumentou o senador, permitirá que

elas se fortaleçam para fazer a denúncia, impedindo que estupradores acabem impunes. Para Viana, o Senado “faz história” ao aprovar a proposta, que ele classificou como “uma voz a se sobrepor ao silêncio” que cerca os quase 500 mil estupros ocorridos a cada ano no Brasil.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, elogiou a iniciativa de Jorge Viana e destacou também o trabalho da relatora, Simone Tebet. A senadora defendeu a aprovação da PEC. **3**



Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado

Viana é autor da PEC que eleva rigor contra estupro; Simone relatou proposta

Recursos do Fundo Partidário poderão apoiar negros **4**

Teles terão que informar usuários sobre serviços **8**

Instalada CPI para investigar maus-tratos a crianças **2**

Violar direitos dos advogados deverá se tornar crime **4**

Leia, nesta edição, relatório da Instituição Fiscal

Jefferson Rudy/Agência Senado



Segundo Eunício Oliveira, distrital misto deve ser adotado nas eleições de 2020

Reforma política: Eunício diz que há consenso sobre voto distrital

O presidente do Senado se reuniu na terça-feira com vários senadores e deputados e saiu do encontro afirmando que o voto distrital misto deverá fazer parte da reforma que hoje tramita na Câmara. Segundo ele, como os relatores

informaram que será difícil criar os distritos já para 2018, deverá ser aprovado o chamado distritão, em que são eleitos os candidatos mais votados de uma região, com previsão de que as eleições de 2020 já adotem o voto distrital misto. **4**

Avança prazo maior para internet de celular

Projeto aprovado ontem na Comissão de Transparência permite que o consumidor acumule por dois meses os créditos não usados do pacote de internet de celular. Hoje o usuário perde a franquia de dados no fim de cada mês.

A proposta impede que operadoras estabeleçam livremente os limites de franquia e as condições aplicáveis após o uso. **7**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Dário Berger é autor do projeto que aumenta o prazo para internet móvel

Caminhoneiros reclamam de combustível caro



Entre líderes da categoria, Paim fala na Comissão de Direitos Humanos

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos ontem, representantes da categoria se mostraram dispostos a continuar paralisação, que já chega a nove dias, caso seja mantido o aumento que encareceu os combustíveis. Eles também reivindicam estradas melhores e aposentadoria especial. **5**

JOVEM SENADOR 2017

BRASIL PLURAL: PARA FALAR DE INTOLERÂNCIA

Todos os anos, estudantes de ensino médio das escolas públicas dos estados e do DF têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador.

Conheça o projeto em www.senado.leg.br/jovensenador

Parceria:

Realização:

Instalada CPI para apurar maus-tratos contra crianças

Com Magno Malta na presidência e José Medeiros na relatoria, comissão parlamentar de inquérito do Senado vai investigar denúncias de violência, abuso e negligência envolvendo menores de 18 anos

FOI INSTALADA ONTEM no Senado a CPI dos Maus-Tratos, que investigará casos de negligência, violência e abuso contra crianças e adolescentes.

Idealizador da comissão, Magno Malta (PR-ES) foi eleito presidente por unanimidade. Para relator, foi escolhido José Medeiros (PSD-MT). A vice-presidência ficará com Simone Tebet (PMDB-MS).

A comissão receberá denúncias de entidades que trabalham em defesa de crianças e adolescentes, investigará os casos e acionará as autoridades competentes.

Terão a atenção da CPI casos de abandono e negligência em abrigos ou em casa, trabalho infantil, violência física, abusos psicológicos e sexuais e incentivos à automutilação e ao suicídio.

Malta lembrou os avanços feitos pela CPI da Pedofilia (2008-2010), também presidida por ele, mas alertou que o abuso infantil assume diversas vertentes. O senador destacou especialmente o uso



Relator, Medeiros fala ao lado do presidente, Malta, e de Paulo Rocha

de ferramentas virtuais para afetar menores de idade.

— Os maus-tratos infantis se aceleraram. Hoje a internet, que avança e cresce todos os dias, tornou o crime mais presente. Há adultos, nas redes sociais e em aplicativos, ensinando crianças a praticar a autodestruição.

Audiências públicas

Na sessão de instalação, foram aprovados diversos requerimentos convidando

autoridades e especialistas para audiências públicas. Entre os convidados, estão representantes de ministérios e outros órgãos federais, da sociedade civil, de conselhos profissionais e de empresas na área da internet.

Além das investigações, Malta afirmou que entende que a CPI deve elaborar e encaminhar projetos de lei.

A CPI funcionará, inicialmente, até fevereiro de 2018, podendo ser prorrogada.

Sancionada, LDO para 2018 teve trechos vetados

Publicada ontem no *Diário Oficial da União*, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 foi sancionada com vetos. Aprovada pelo Congresso em julho, a lei traz o cenário macroeconômico e as regras para elaborar o Orçamento de 2018.

Foi vetado o trecho que incluía no rol de prioridades as metas do Plano Nacional de Educação, a conclusão de obras inacabadas com execução superior a 50% e as ações do Programa de Aceleração do Crescimento, do Plano Brasil sem Miséria e da implantação do Acordo de Paris sobre clima. A justificativa foi a impossibilidade de ampliar a lista de prioridades no momento atual.

Regulamentação da atividade de agente de saúde gera polêmica

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debateu ontem projeto que regula a profissão de agente comunitário de saúde. Relatora do PLC 56/2017, Marta Suplicy (PMDB-SP) afirmou que é necessário blindar a categoria para que não seja extinta, mas sem engessar a função.

O ponto mais polêmico do projeto é o que determina que é função privativa dos agentes a realização de visitas domiciliares rotineiras para encaminhar doentes para tratamento. A relatora disse que vai propor a retirada do termo “privativo” por receio de que isso possa gerar questionamentos na Justiça ou até mesmo inviabilizar a função.

Fátima Bezerra (PT-RN) defendeu que o termo seja mantido para evitar a possibilidade de a atividade ser extinta no Programa Saúde da Família, como fez o Ministério da Saúde, por meio de portarias, em 2016.

O diretor de Atenção Básica no Ministério da Saúde, Fábio Fortunato, disse que a pasta deseja maior flexibilidade de gestão no Saúde da Família e prefere retirar do texto o caráter privativo das visitas regulares dos agentes. A restrição, disse, pode prejudicar o atendimento.

Convidados para o debate também defenderam que a categoria gera economia ao SUS por fazer ações preventivas.

Governo age contra os direitos dos índios, diz Regina Sousa

Regina Sousa (PT-PI) acusou o governo Temer de agir contra os direitos dos povos indígenas. A senadora atacou parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) que vincula as demarcações de terras tradicionais ao marco temporal da Constituição de 1988. Para Regina, o objetivo do parecer da AGU é impedir demarcações.

Ela afirmou que, enquanto outros países têm procurado avançar na garantia de direitos desses povos, o Brasil não se esforça para fazer o mesmo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Cidinho elogia parecer sobre demarcação de terra indígena

Cidinho Santos (PR-MT) comemorou parecer da Advocacia-Geral da União que orienta o governo nos casos de demarcação de terras indígenas. O parecer prevê que seja sempre aplicada a decisão do STF no julgamento do caso da Reserva Raposa Serra do Sol, pela qual só têm direito à terra os povos que estavam no local em 5 de outubro de 1988, data em que foi promulgada a Constituição.

Para Cidinho, os processos de demarcação prejudicam o desenvolvimento do país.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Romário culpa a corrupção por crise em hospital no Rio

A corrupção e a incompetência são as causas da crise financeira no Hospital Pedro Ernesto, vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, disse Romário (Pode-RJ). O senador afirmou que o hospital universitário é referência no diagnóstico de doenças raras e no tratamento de câncer.

— O número de atendimentos e cirurgias tem sido reduzido, salários estão atrasados. Cerca de 793 pacientes correm risco de morte.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Fátima lamenta fechamento de bancos postais

O risco de fechamento do Banco Postal em diversas agências dos Correios, por razão do corte de gastos com vigilantes, atinge diretamente a população das cidades pequenas, que não contam com agências bancárias, afirmou Fátima Bezerra (PT-RN).

A senadora explicou que, hoje, o Banco Postal só pode funcionar nas localidades onde há vigilantes, devido aos constantes assaltos que as unidades sofriam, alguns com mortes.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ângela pede acolhida para venezuelanos

Preocupada com a migração em massa de venezuelanos para o Brasil, Ângela Portela (PDT-RR) cobrou do governo federal medidas para acolher de forma humanitária esse contingente de cerca de 30 mil pessoas.

Segundo a senadora, municípios de Roraima estão tomados por migrantes e os serviços públicos estaduais e municipais não conseguem atender o aumento de usuários, especialmente nos setores de saúde, educação e segurança.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Muniz ressalta valor do cinema para a economia

Roberto Muniz (PP-BA) destacou na terça-feira a importância do setor audiovisual para a cultura e a economia do país. O senador participou, em Fortaleza, da 27ª edição do Cine Ceará.

Muniz informou que o Ministério da Cultura e a Agência Nacional do Cinema (Ancine) anunciaram durante o festival a liberação de R\$ 94 milhões para a produção regional de audiovisuais.

— Isso ativa a política de empregos. Esse mercado faz girar 0,46% do PIB.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Doenças raras

9h Audiência para discutir o direito ao tratamento de pacientes com doenças raras.

CRE/CDH Abin na Lava Jato

9h Audiência conjunta e interativa com o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Westphalen Etche-goyen, para prestar esclarecimentos de denúncia de uso da Abin para investigar autoridades da Lava Jato.

SESSÃO SOLENE 80 anos da UNE

9h Homenagem ao aniversário de 80 anos da União Nacional dos Estudantes (UNE).

CDH Terras de quilombolas

9h30 Audiência para debater a demarcação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

MP 785/2017 Novo Fies

10h30 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão da MP, sobre o novo Fies.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h A PEC 14/2016, que cria as polícias penitenciárias federais, estaduais e distrital, está na pauta.

CRE Acordos internacionais

11h Na pauta de 3 itens, leitura de indicação de embaixador e acordos internacionais.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/TV



Plenário do Senado na votação da proposta de Jorge Viana, que foi aprovada com 61 votos a favor e nenhum contrário

Aprovada PEC que torna estupro crime imprescritível

Senadores concluíram ontem a votação da proposta de emenda à Constituição que permite que o crime seja punido mesmo depois de muitos anos. O texto segue agora para a Câmara dos Deputados

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, por 61 votos a favor e nenhum contrário, uma proposta de emenda à Constituição que torna imprescritível o crime de estupro. Aprovada em segundo turno, a PEC 64/2016 (que passou em primeiro turno no Plenário em maio) segue agora para a Câmara dos Deputados.

O texto, do senador Jorge Viana (PT-AC), teve como relatora Simone Tebet (PMDB-MS). A PEC altera a Constituição para tratar o estupro, juntamente com o racismo, como crime “inafiançável e imprescritível”. Isso significa que o crime poderá ser punido mesmo muitos

anos depois de cometido. Hoje o tempo de prescrição, que varia de acordo com cada caso, é de no máximo 20 anos. Para estupro de vulnerável, a contagem do tempo só começa após a vítima fazer 18 anos.

Viana argumentou que esse tipo de crime muitas vezes nem é notificado. Em outros casos, disse, a vítima só terá condições de denunciar o agressor depois de muitos anos. Para o senador, a imprescritibilidade permitirá que a vítima se fortaleça e denuncie, impedindo que o esturador acabe impune.

Ele ressaltou que o Senado “faz história” ao aprovar a PEC. — Esta PEC é uma resposta,

uma voz que vai se sobrepor ao silêncio que temos hoje desse quase meio milhão de crimes de estupro [por ano] que o Brasil vive e silencia — afirmou.

A relatora votou pela aprovação do texto. Para ela, são compreensíveis a angústia e a indecisão das vítimas. Na avaliação da senadora, “esse lapso de tempo fertiliza a impunidade e é essa impunidade que se pretende combater”.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, parabenizou Viana e Simone. Segundo ele, os senadores buscaram acompanhar fatos que, lamentavelmente, ainda existem no Brasil e no mundo moderno.

ABC Paulista terá crédito externo para infraestrutura

O Plenário aprovou a contratação de crédito externo no valor de até US\$ 125 milhões, com garantia da União, entre o município de São Bernardo do Campo (SP) e a Corporação Andina de Fomento (CAF).

O contrato será destinado ao financiamento parcial do Programa de Infraestrutura Urbana de São Bernardo do Campo. A proposta de financiamento (PRS 29/2017) já havia sido aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira.

Os recursos serão usados para complementar o financiamento de obras de mobilidade urbana com os corredores Leste-Oeste e Alvarenga.

Confirmados nomes para Conselho Nacional de Justiça

Foram aprovadas ontem em Plenário a indicação do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Aloysio Corrêa da Veiga e a recondução de Fernando César Baptista de Mattos para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Aloysio da Veiga foi chefe do Departamento Jurídico do Touring Club do Brasil até 1981, quando foi aprovado para o cargo de juiz do Trabalho substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Em 1998, foi convocado para atuar em substituição extraordinária no TST. Em 2004, foi nomeado ministro do tribunal, onde atualmente preside a 6ª Turma e a Comissão Permanente de Regimento Interno.

Segundo Simone Tebet (PMDB-MS), que foi relatora da indicação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o ministro do TST tem não apenas capacidade, mas sere-

nidade, equilíbrio e sensatez.

A indicação de Fernando de Mattos recebeu 54 votos favoráveis, 5 contrários e 2 abstenções. Ele é juiz federal em Vitória, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) para compor o CNJ.

Bacharel em direito e mestre em direito público, Mattos foi assessor jurídico do Gabinete Civil do Rio de Janeiro, advogado da Comissão de Valores Mobiliários, procurador da Fazenda Nacional e é juiz federal desde 2000.

Comissão acata indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público

A atuação dos procuradores da República contra a improbidade administrativa foi um dos temas dominantes da reunião da CCJ de ontem, em que foi aprovada a indicação de Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no biênio 2017-2019.

A indicação de Amorim, que é procurador regional da República, foi aprovada por 21 votos a zero e encaminhada

com urgência ao Plenário do Senado para confirmação.

Autor de livro sobre improbidade administrativa, Silvio Amorim respondeu a diversas perguntas de senadores a respeito da atual legislação sobre o tema (Lei 8.429/1992).

Relator da indicação, o senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) lembrou que a Lei de Improbidade Administrativa é criticada por descrever as condutas ilegais em termos “abertos e não exaustivos”.

Pichação de monumento poderá render até 3 anos de prisão

Quem pichar ou depredar monumentos tombados poderá pegar de um a três anos de prisão. A pena consta do PLS 128/2016, do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Atualmente, a Lei de Crimes Ambientais fixa como pena detenção de seis meses a um ano, mais multa, para o crime de pichação de monu-

mentos tombados.

Na opinião do relator, senador Lasier Martins (PSD-RS), a punição prevista não é rigorosa demais.

— A prática desse crime ofende a memória histórica e cultural expressa nesses monumentos.

O texto foi votado de forma terminativa e só irá ao Plenário do Senado se houver recurso. Em seguida, será votado na Câmara.



Anastasia quer ampliar pena para quem depredar patrimônio histórico

Avança proposta que tipifica furto de combustíveis em dutos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou projeto que tipifica os crimes de furto de derivados de petróleo em dutos de movimentação de combustíveis e receptação. Agora o PLS 182/2017, de Simone Tebet (PMDB-MS), seguirá à Câmara se não houver recurso para exame do Plenário.

Pelo projeto, a pena aumenta conforme a gravidade do crime. O relator, Eduardo Lopes (PRB-RJ), concordou com a autora quanto aos riscos do crime para mercado e consumidores. Ele alterou, no texto, a expressão “subtração”, usada originalmente, por “furto”, por ser mais adequada à legislação penal.

Autora do projeto, Simone diz que crime se disseminou no país

Simone Tebet comemorou aprovação na CCJ do PLS 182/2017, de autoria dela. A senadora disse que o furto de derivados de petróleo está começando a se disseminar pelo país. Em 2011, houve apenas um caso. Em 2016, foram 73. Neste ano, já são mais de 200. — Esse já é um delito que é considerado o quarto crime mais rentável no mundo. Fala-se hoje em mais de US\$ 11 bilhões de lucro, atrás apenas do tráfico de drogas.



Moka cobra mais armazéns para safra de milho

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) comemorou em Plenário a supersafra agrícola em seu estado. Ele, porém, expressou preocupação com a falta de recursos para o armazenamento da produção.

Moka cobrou do governo providências rápidas para enfrentar o déficit de armazéns em Mato Grosso do Sul e ressaltou que a produção de milho precisa ser escoada sem demora para as regiões consumidoras.



Dário condena aumento da violência

O senador Dário Berger (PMDB-SC) disse ontem que o Senado não pode ficar indiferente ao aumento da violência em todo o país. Em Santa Catarina, segundo ele, o crime tem tomado conta de médios e grandes municípios, como Florianópolis, que registrou recorde histórico de mortes violentas no primeiro semestre. Para Dário, o aumento da violência, especialmente entre os jovens, deve estar relacionado à crise econômica.



Projeto aprovado em comissão propõe que 5% dos recursos destinados aos partidos sejam usados para aumentar participação de afrodescendentes, restrita a 24% nas últimas eleições gerais do país

Fundo Partidário deverá apoiar inserção de negros

O ESTÍMULO À participação de afrodescendentes na política poderá ter 5% dos recursos do Fundo Partidário. A proposta está no PLS 160/2013, de João Capiberibe (PSB-AP), que foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ontem. O projeto segue para a Câmara dos Deputados caso não haja recurso para votação pelo Plenário do Senado.

O autor alega que há poucos negros na política brasileira, marcada pelo preconceito. Além disso, o número de parlamentares afrodescendentes no Congresso Nacional ainda é pequeno e há assembleias legislativas sem deputados estaduais negros.

O relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), concordou com o argumento e lembrou que, nas



Relator, Randolfe destaca inspiração em incentivo para mulheres na política

últimas eleições gerais, apenas 342 (21%) dos 1.627 candidatos eleitos declararam-se pardos. Ainda menos candidatos se disseram negros: apenas 51, ou 3,1% do total.

O PLS 160/2013 foi inspirado na legislação que prevê incentivo para inserção de

mulheres na política.

“Muitas das dificuldades enfrentadas por mulheres em sua inserção na vida política são também vivenciadas pelos negros. Por isso, consideramos adequado estender a eles as mesmas regras”, diz Randolfe no relatório.

Especialistas defendem reforma da Previdência

A maioria dos convidados da audiência ontem na CPI da Previdência disse que a reforma é necessária diante da grave crise econômica e do rápido envelhecimento da população.

O presidente-executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado, Felipe Salto, explicou que a margem para reduzir gastos sem mexer nas despesas obrigatórias, como a Previdência, é muito pequena.

O consultor legislativo do Senado Pedro Fernando Ferreira também defendeu a reforma.

— Em 2016, a gente gastou com Previdência, incluindo a do servidor público e o Benefício da Prestação Continuada, algo como 55% do Orçamento. Em 2017, algo como 57%. Na ausência de reformas, sendo mantido o teto de gastos, a gente teria em dez anos algo como 77% ou 80%.

O consultor legislativo da Câmara Leonardo José Rolim explicou que a idade de aposentadoria atual é a mesma da década de 1940, mas que

Paim espera que “centrão” vote contra proposta

Paulo Paim (PT-RS) comentou notícia de ontem segundo a qual os partidos que compõem o chamado “centrão” (PP, PR e PSD) votariam contra a reforma da Previdência na Câmara e disse esperar que isso se concretize.



Jefferson Ruy/Agência Senado

— Eu espero que eles mantenham essa posição e que a gente enterre de vez essa reforma.

a expectativa de vida subiu nove anos. Além disso, o gasto em 2016 foi de 13,31% do PIB, mais do que a Espanha, por exemplo, que tem uma população mais envelhecida.

— Continuando no ritmo atual, ainda nesta década o Brasil vai gastar mais do que a União Europeia em percentual

Vanessa Grazziotin cobra alterações na reforma trabalhista

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou que a reforma trabalhista foi promulgada há 27 dias e até agora o presidente da República não editou a medida provisória para alterá-la, como prometido durante a votação no Senado. Ela lembrou que vários senadores só votariam a favor da reforma se fossem feitas alterações logo em seguida.



Jefferson Ruy/Agência Senado

do PIB com previdência. Já quando a gente olha os gastos com saúde, assistência social ou educação, em percentual do PIB, o Brasil gasta menos da metade do que a União Europeia gasta. Ou seja, o Brasil está focando demais em previdência e esquecendo saúde, assistência e educação.

Para Lúcia Vânia, Lei Maria da Penha é marco na história

A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) destacou ontem os 11 anos da Lei Maria da Penha.



Roque de Sá/Agência Senado

Para ela, a lei é um marco que mudou o destino de milhões

de vítimas de violência doméstica e familiar no país ao criar mecanismos de severas punições ao agressor e prever medidas de assistência às mulheres.

Randolfe condena cortes no orçamento das universidades

Em pronunciamento no Plenário, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) criticou os cortes no Orçamento da União para o ensino superior.

Ele lembrou que a falta de verbas põe em risco o início do

segundo semestre em várias universidades federais, como a do Amapá.

O senador disse que a situação de “quase falência” é inédita na história das universidades brasileiras.

Punição por violar direitos de advogados segue para Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, em votação final, parecer a favor do PLS 141/2015, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que altera o Estatuto da Advocacia para criminalizar a prática de violação de direitos e prerrogativas dos advogados.

Quinze parlamentares apoiaram o relatório de Simone Tebet (PMDB-MS), que comemorou a aprovação do texto:

— Estamos fazendo o dever

de casa. A Justiça no Brasil só vai ser justa quando os dois lados da balança tiverem o equilíbrio de força: advogado e Estado— afirmou ela.

O projeto criminaliza o exercício ilegal da profissão de advogado, com pena de um a três anos de detenção. A relatora julgou “demasiadamente severa” a punição e reformulou para seis meses a dois anos de detenção, pata-mar já aplicado pelo Código Penal para a prática ilegal da medicina e odontologia.

Decisão: aposentadoria não extingue contrato de trabalho

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) rejeitou ontem emenda de Plenário, apresentada por Elmano Férrer (PMDB-PI), a projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) explicitando que a concessão da aposentadoria a pedido do trabalhador não rescinde o contrato de trabalho ao qual ele estiver submetido. Agora, o projeto (PLC 137/2015) retorna ao Plenário.

Elaborado por José Pimentel (PT-CE) e lido por Fátima Bezerra (PT-RN), o relatório sustenta que o objetivo do projeto é adequar a legislação à decisão do STF de 2006 sobre ação direta de inconstitucionalidade movida por PT,

PDT e PCdoB contra artigo introduzido na CLT em 1997.

Segundo Pimentel, o objetivo desses partidos na época era derrubar a interpretação do TST de que o trabalhador aposentado, mesmo que continuasse a trabalhar na empresa, não teria mais direito à multa de 40% do FGTS referente ao período anterior à aposentadoria.

A emenda de Elmano acrescentava parágrafo em que a concessão de aposentadoria compulsória rescindiria o contrato de trabalho. Conforme relatório, o PLC não contempla essa hipótese e há lei com possível extinção do contrato quando a aposentadoria for a pedido do empregador.

Audiência ressalta potencial do uso da tecnologia na educação

Aplicar tecnologias como computadores, smartphones, redes digitais e aulas virtuais na educação pode ser a resposta para tornar a escola mais atrativa para os alunos, avaliaram participantes de audiência pública da Comissão de Educação, ontem. A iniciativa de discutir o potencial da tecnologia a serviço da educação foi do senador Cristovam Buarque (PPS-DF).

No debate foram mostrados exemplos do impacto de tecnologias digitais no ensino.

Um deles foi o Projeto Edux, plataforma digital disponível a alunos das escolas públicas da Bahia. Outra experiência apresentada foi o Orçamento Fácil, série de vídeos elaborados pelo Senado para explicar de forma didática a elaboração do Orçamento da União.

O pesquisador Marcos Formiga, da Universidade de Brasília (UnB), destacou que os projetos educacionais mais avançados e bem-sucedidos levam em conta a aprendizagem em plataformas digitais.

RÁPIDAS

INSTALADA SUBCOMISSÃO PARA CRIAR ESTATUTO DO TRABALHO

A Subcomissão sobre Reforma Trabalhista e Estatuto do Trabalho, presidida por Telmário Mota (PTB-RR) e com Paulo Paim (PT-RS) como vice, funciona na Comissão de Direitos Humanos.

COMISSÃO DA LEI KANDIR INICIA ATIVIDADES NO CONGRESSO

A Comissão Mista sobre a Lei Kandir foi instalada ontem. O deputado José Priante (PMDB-PA) será presidente, Lúcia Vânia (PSB-GO), vice, e Wellington Fagundes (PR-MT), relator.

PEC QUE DIFICULTA RECURSO AO STJ PASSARÁ POR ANÁLISE DE EMENDA Por ter recebido emenda em Plenário, volta à análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a PEC 10/2017, que estabelece requisitos de admissibilidade de recurso especial.

REDUÇÃO DO ICMS NO QUEROSENE DE AVIAÇÃO VOLTA PARA COMISSÕES O Plenário decidiu enviar o projeto à Comissão de Infraestrutura, após senadores pedirem que seja discutido por mais 2 semanas pela CI e pela Comissão de Desenvolvimento Regional.

Produtos diet poderão ter área exclusiva em mercados

Projeto aprovado ontem em comissão do Senado obriga comércio a destinar gôndola só para esses produtos. Para o relator, nova regra facilitará a vida dos cerca de 10% de brasileiros que têm diabetes

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS QUE vendem produtos dietéticos terão que destinar uma área exclusiva para expor esses alimentos, de acordo com o projeto de lei do senador Dário Berger (PMDB-SC) aprovado ontem na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Aprovado em decisão terminativa, o PLS 636/2015 prevê que o comércio terá 90 dias, a partir da edição da lei, para se ajustar. A proposta segue para a Câmara se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

Na opinião de Dário, a gôndola exclusiva facilitará o acesso dessas pessoas aos produtos, assegurando a compra correta.

— O projeto é singelo, mas



Pedro França/Agência Senado

Flexa Ribeiro é relator do projeto que prevê espaços exclusivos para dietéticos

tem um alcance social muito grande.

O relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), destacou que a oferta dos produtos dietéticos em local específico facilitará a busca, contribuindo para a adequada nutrição de quem precisa consumi-los.

“A medida beneficiará parcela significativa dos consumidores brasileiros, haja vista que estudos epidemiológicos apontam que cerca de 10% da população nacional sofre de diabetes em algum grau”, destacou Flexa Ribeiro em seu relatório.

Exibição de preços no comércio eletrônico vai a Plenário

Os sites de comércio eletrônico podem ser obrigados a divulgar de forma clara os preços dos produtos ou serviços que oferecem. É o que determina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 48/2017, aprovado ontem pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). O texto agora

segue para o Plenário.

Pelo projeto, do deputado Luis Tibé (PTdoB-MG), a divulgação dos preços deverá ser feita de forma ostensiva e com caracteres facilmente legíveis, com fonte de tamanho igual ou maior que 12.

Em seu relatório, o senador Sérgio Petecão (PSD-AC) lembra que em vários sites são

ofertados produtos ou serviços sem preços visíveis ou de forma clara. Com a mudança na lei, o consumidor poderá saber o preço exato imediatamente, afirma. Ele argumenta que, ao definir regras mais claras para a contratação de produtos e serviços por meio eletrônico, o Parlamento contribui para a proteção do consumidor.

Tributo de frete marítimo deve passar a ser divulgado

O Ministério dos Transportes poderá ser obrigado a divulgar a cada três meses os valores arrecadados com o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante. É o que estabelece o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 36/2013, aprovado ontem pela Comissão de Transparência.

Se não houver recurso para o Plenário, o projeto seguirá para sanção presidencial.

Do deputado Marcos Montes (PSD-MG), o texto determina a divulgação dos valores arrecadados, bem como a sua destinação, na imprensa oficial e na internet. Segundo o autor, o projeto também

busca “estratégias de combate à corrupção, bem como quebrar os evidentes desvios de finalidade” do adicional.

A relatora, Regina Sousa (PT-PI), sugeriu apenas ajustes no texto. Ela elogiou o projeto, dizendo que pode permitir “um maior controle dos cidadãos sobre os negócios do Estado”.

Caminhoneiros querem revogar aumento do combustível

Representantes de caminhoneiros reunidos em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos pediram ontem a revogação imediata do Decreto 9.101/2017, que aumentou impostos incidentes sobre o preço dos combustíveis. A categoria está parada há nove dias.

O líder dos cegonheiros do Paraná, Wanderlei Alves, informou que, desde o aumento, já são 32 pontos de bloqueio dos caminhoneiros autônomos nas rodovias brasileiras.

— A cada quilômetro e meio, um caminhão gasta um litro de óleo diesel e lá se vão R\$ 4. Aí

o governo vem com aumento de combustível e atinge bem na raiz a nossa categoria. A conta não fecha, não tem como trabalhar — reclamou Alves.

O líder dos caminhoneiros em São Paulo, Rogério Alberto Reame, alertou para a possibilidade de faltarem artigos de primeira necessidade no mercado, como alimentos, remédios e o combustível transportado nos caminhões:

— O aumento dos combustíveis inviabilizou o trabalho dos caminhoneiros. Não queremos ficar parados, mas é menos prejuízo agora do que rodar.

O caminhoneiro Odilon Pereira da Fonseca, líder em Mato Grosso do Sul, relatou que precisou de um médico recentemente, depois de se acidentar com o caminhão, mas não conseguiu atendimento pelo SUS.

— O governo que corte na própria carne, mas não venha tirar dos caminhoneiros — afirmou Fonseca.

A categoria já angariou o apoio de entidades como a Federação Nacional dos Policiais Federais, representada pelo vice-presidente, Flávio Werneck.

Relatora cobra recursos para pesquisa agropecuária

Ana Amélia (PP-RS) cobrou do governo a destinação de mais recursos para pesquisa agropecuária durante audiência ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) com representantes de ministérios que desenvolvem ações para aumentar a produtividade agrícola. Encarregada de elaborar um relatório sobre a pesquisa no setor, a senadora elogiou o comprometimento de cientistas e pesquisadores brasileiros.

— O Brasil está numa crise grave, mas o que ouvimos aqui é motivo de orgulho de todos estes cientistas e pesquisadoras que demonstram um comprometimento extraordinário com o país. A prioridade é continuar tendo uma política pública eficaz, dando a ela a prioridade que merece. E isso pressupõe recursos suficientes no Orçamento.

De acordo com o diretor do Departamento de Políticas e Programas de Ciências do Ministério da Ciência e Tecnologia, Sávio Raeder, nos próximos meses deve ser concluída a estratégia nacional de ciência, tecnologia e informação para nortear as ações da pasta até 2022. Um dos temas prioritários é a qualidade dos alimentos.

— Vamos definir ações na produção agrícola sustentável, no apoio a projetos de melhoramento genético, na pesquisa em biotecnologia, bioinformática, nanotecnologia, fertilizantes de fontes alternativas e controle fitossanitário, a partir de produtos de baixo impacto ao meio ambiente e baixo risco à saúde humana.

O representante do Ministério da Educação na audiência, Luiz Carlos Federizzi, informou que a pasta mantém 425 programas de pós-graduação em ciências agrárias. Os cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado reúnem 24 mil pesquisadores nas áreas de tecnologia de alimentos, medicina veterinária, zootecnia e agricultura. A mão de obra formada no Brasil é absorvida pelas grandes empresas do setor.

O representante do Ministério da Agricultura, José Garcia Gasques, destacou o crescimento da produtividade agrícola no Brasil. Ele afirmou que, em 2012, o agronegócio cresceu 4%, enquanto a média mundial ficou em torno de 1,84%.

— Para mantermos as metas de produção de grãos e carnes, vamos ter que continuar fazendo um forte investimento em pesquisa e infraestrutura.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Luiz Carlos Federizzi, do MEC, fala em debate presidido por Ana Amélia

Eunício anuncia consenso sobre voto distrital misto

Após jantar com deputados e senadores, presidente do Senado informou que foi fechado acordo para voto distrital misto e discutidas várias opções para financiar e baratear campanhas eleitorais

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, anunciou na terça-feira, após jantar com senadores e deputados, que os parlamentares chegaram a um consenso sobre a reforma política e as mudanças no sistema eleitoral que devem valer para as próximas eleições.

— Durante nosso encontro, os presentes defenderam o voto distrital misto. Esse sistema possui um apoio muito maior da sociedade que dos próprios políticos. Como os relatores informaram que há dificuldade de se criarem os distritos já para as eleições de 2018, então devemos aprovar o chamado “distritão” para as próximas eleições, com previsão de que as eleições seguintes se deem com o voto distrital misto.

Voto distrital

Segundo o presidente do Senado, o voto distrital misto e o próprio voto “distritão” seriam para acabar com as coligações proporcionais e também com as cláusulas de

desempenho ou de barreira. Eunício informou que se tratou também do financiamento eleitoral.

— Alguns deputados e senadores defendem que o financiamento deve ser feito a partir de 0,5% da receita corrente líquida. Eu, particularmente, defendo que não se pode tirar dinheiro da saúde ou da educação neste momento de crise que o país enfrenta, principalmente porque o governo pretende mudar a meta fiscal.

Gastos

Outra possibilidade é que a saída para a redução dos gastos

com campanha eleitoral venha do encurtamento dos programas eleitorais, que deveriam ser trocados por inserções; do fim dos programas partidários fora do período eleitoral; e de uma série de outros itens que levariam à redução pela metade do repasse de 20% do Fundo Partidário para as fundações dos partidos.

— Precisamos tomar muito cuidado com a criação desse fundo e atentarmos para a fonte desses recursos, que já devem existir e que já devem fazer parte do sistema eleitoral.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Ao lado de José Sarney (E), Eunício discute reforma política com parlamentares

Comissão vai debater modelos de pesquisas eleitorais

A Comissão de Transparência, Governança e Fiscalização e Controle (CTFC) aprovou requerimento de audiência pública para discutir o modelo utilizado nas pesquisas eleitorais encomendadas no Brasil. O autor do pedido, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), disse que as pesquisas eleitorais quase sempre se distanciam muito da realidade apurada nas urnas.

Também foi aprovado requerimento de informações ao ministro de Minas e Energia sobre o relatório de uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) feita na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para avaliar a qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica.

Desinvestimentos da Petrobras poderão ser questionados

A proposta de fiscalização e controle sobre o plano de desinvestimentos da Petrobras tornou-se um requerimento de informações ao Ministério de Minas e Energia, por decisão da Comissão de Transparência (CTFC). A proposição vai para o Plenário. A intenção de Lindbergh Farias (PT-RJ) com a proposta (PFS 2/2016) era fiscalizar as movimentações da Petrobras previstas no Plano de Negócios e Gestão 2017-2021.

A mudança para requerimento foi proposta pelo relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que considerou que muitas das dúvidas levantadas por Lindbergh já haviam sido esclarecidas pela estatal em nota técnica de agosto de 2016.

Comissão aprova MP que muda registro de nascimento

A medida provisória que muda a regra para o registro de nascimentos foi aprovada ontem pela comissão mista que a analisou. O texto do governo permite que a naturalidade da criança seja o município de residência da mãe, e não apenas aquele em que houve o parto, como obrigava a lei anterior.

Regina Sousa (PT-PI) emitiu parecer favorável à MP 776/2017, que foi encaminhada à Câmara e passa a tramitar como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 24/2017 porque a senadora acolheu emenda que dispensa a consulta ao Ministério Público sobre toda e qualquer averbação nos registros de pessoas naturais.



Embaixador marroquino, Nabil Adghoghi, fala ao lado de Cristovam e Collor

Cristovam vai presidir Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos

Foi instalado ontem o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos. Cristovam Buarque (PPS-DF) foi eleito presidente-executivo. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, ocupa o cargo de presidente de honra.

O grupo também aprovou o estatuto que servirá de base para a condução dos trabalhos do colegiado.

Cristovam classificou a atuação de grupos parlamentares que unem o Brasil a outros países como necessária em um mundo globalizado.

— Cada vez mais, vamos ter que abrir nossas relações e os nossos contatos. Por isso, sou um entusiasta dos grupos parlamentares.

O embaixador marroqui-

no, Nabil Adghoghi, citou o compartilhamento de valores de democracia e de direitos humanos entre o Brasil e o Marrocos.

— O intuito é que os parlamentos se apropriem cada vez mais de uma agenda bilateral para impulsionar e incentivar os atores institucionais, do governo e privados, dos dois lados — disse o diplomata africano.

Fernando Collor (PTC-AL), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), conduziu a reunião. O senador informou que, para ingressar no grupo, o parlamentar interessado deve solicitar à Secretaria-Geral da Mesa.

Lasier teme que declaração de Gilmar contra Janot prejudique Lava Jato

O confronto entre “duas peças-chave do combate à corrupção” foi lamentado por Lasier Martins (PSD-RS).

O senador teme que as declarações do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes desqualificando o procurador-geral



da República, Rodrigo Janot, prejudiquem a Operação Lava Jato.

— Janot é responsável pelas acusações formais contra políticos sob suspeita na Lava Jato. E Gilmar preside a 2ª Turma do STF, que cuida dos inquéritos e processos da operação.

Medeiros critica empréstimos do BNDES para obras no exterior

O senador José Medeiros (PSD-MT) criticou decisões dos governos passados de conceder empréstimos do BNDES para obras em outros países.

Auditoria do TCU, disse o senador, apontou que entre 2007 e 2014, nos governos do PT, foram concedidos em-

préstimos no valor de R\$ 50 bilhões para obras no exterior.

De acordo com Medeiros, 99% das obras foram executadas por cinco empreiteiras investigadas na Lava Jato.

As ações, disse ele, são uma maneira de beneficiar empresas envolvidas em casos de corrupção.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burle

Coordenador de Edição: Mikhail Lopes

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado amplia prazo para usar saldo de internet móvel

Projeto aprovado ontem em comissão permite acumular por dois meses os créditos não usados do pacote de internet contratado. Hoje usuário perde a franquia de dados ao fim de cada mês

O USUÁRIO DE internet banda larga móvel poderá acumular e utilizar em até dois meses o saldo de dados da conexão caso não tenha consumido o montante contratado no mês. É o que prevê um projeto aprovado ontem pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e De-

fesa do Consumidor (CTFC). O PLS 110/2017 é terminativo e irá à Câmara se não houver recurso para ir ao Plenário.

O projeto visa eliminar a distorção nos planos de internet móvel vendidos, baseados num sistema de franquia de dados com prazo de validade que acaba punindo o consu-

midor duplamente, segundo o autor do projeto, Dário Berger (PMDB-SC).

O sistema de franquia, disse, limita o acesso à internet do usuário, que é inevitavelmente levado a adquirir sucessivos pacotes adicionais de dados.

Pelo projeto, as operadoras deixam de poder estabelecer livremente os limites de franquia e as condições aplicáveis após o uso.

— O texto corrige uma distorção em favor dos consumidores, devolvendo a eles o que não foi utilizado, mas que já foi pago — disse o relator, Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

Originalmente, o texto previa o uso “a qualquer tempo”, mas o relator acatou a alteração feita na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) por acreditar que manter o saldo indefinido traria prejuízos às operadoras.

“Vingança pornográfica” pode se tornar crime com pena de prisão

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem substitutivo de Gleisi Hoffmann (PT-PR) ao projeto que torna crime a “vingança pornográfica”, que consiste na divulgação ou exposição pública da intimidade sexual.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 18/2017 altera a Lei Maria da Penha e o Código Penal, estabelecendo pena de um ano de reclusão e multa para o autor da divulgação.

O autor da proposta, deputado João Arruda (PMDB-PR), argumenta que a legislação não protege a mulher da violação de sua intimidade, que se dá especialmente sob a forma de divulgação na internet de vídeos, áudios, imagens, dados e informações pessoais sem o seu expreso consentimento.

A relatora reconheceu a importância de tipificar a violenta conduta caracterizada pela “vingança pornográfica”, porém propôs alterações ao texto original a fim de

garantir a máxima proteção à vítima com a pequena mudança na lei. Gleisi também propôs aumento da pena, argumentando que aquela prevista no projeto de lei é demasiadamente leve.

Em seu substitutivo, a pena para esse crime passa para reclusão de seis meses a dois anos e multa.

O projeto segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Denúncia

Também foi aprovado requerimento de Gleisi solicitando a realização de audiência pública da CDH na capital de São Paulo para apurar denúncias noticiadas pela imprensa de maus-tratos a moradores de rua daquela cidade, que teriam sido acordados com jatos de água fria pela empresa de limpeza urbana, além de truculência em ação policial na região conhecida como Cracolândia.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Sandoval e Ataídes, vice e presidente da Comissão de Transparência

Aplicativos de transporte serão tema de audiência

A regulamentação do Uber e de outros aplicativos de smartphones para mobilidade urbana será debatida pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), em audiência em conjunto com outros colegiados. Requerimento com esse objetivo, de Pedro Chaves (PSC-MS), foi aprovado ontem.

O debate, que ainda será agendado, servirá para instruir projetos de lei que propõem regulamentar o transporte individual privado de passageiros. Entre eles estão o PLS 530/2015, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), e o PLS 726/2015, de Lasier Martins (PSD-RS).

Para a audiência serão convidados juristas e representantes da empresa Uber e de taxistas.

— O serviço por aplicativos agregou motoristas que encontraram nas plataformas uma complementação da renda ou uma saída para a crise que exterminou empregos e oportunidades — ponderou.

Segundo Pedro Chaves, é dever do Congresso encontrar uma solução equilibrada que garanta a oferta do serviço barato e confortável aos consumidores, mas não prejudique os taxistas. A audiência será conjunta com as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

Aprovada proibição de acesso a internet por presidiários

A proibição de acesso à internet aos presos que cumprem regime fechado de pena foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por 14 votos a 0. Se não houver recurso para votação pelo Plenário, a proposta será encaminhada em seguida à Câmara dos Deputados.

O projeto, de Paulo Bauer (PSDB-SC), foi aprovado com o texto do relator, Roberto Rocha (PSB-MA), que acatou emendas feitas na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O PLS 586/2011 acrescentava, entre as faltas graves constantes da altera a Lei de Execução Penal (LEP), o acesso do preso, sem autorização, a recursos da internet, como e-mail, programa de conversação ou rede social. A preocupação de Bauer era impedir os presos de usarem smartphones conectados à internet para coordenar ações criminosas de dentro dos presídios. O relator, no entanto, observou que a redação vigente da LEP já é suficiente para punir o interno que tentar acessar a internet indevidamente.

— Não obstante, com o fim de aproveitar a proposta, a CCT sugeriu estabelecer a vedação de acesso à internet pelo preso como uma regra geral na execução penal — esclareceu Roberto Rocha.



Wellington quer mais verbas para logística no país

O Brasil precisa de mais investimentos em logística para se manter viável no mercado externo, afirmou Wellington Fagundes (PR-MT).

Ele destacou o papel estratégico de Mato Grosso para a balança comercial e a situação favorável da produção agropecuária neste ano.

— Permanece o desafio de levar as mercadorias ao exterior de forma competitiva. O custo de transporte é elevado.



Hélio José pede investimentos em telecomunicações

Hélio José (PMDB-DF) chamou a atenção, na terça, para a necessidade de o Brasil investir mais na melhoria da infraestrutura de telecomunicações.

— Temos quase mais celulares do que habitantes. mas esse celular precisa funcionar. Temos de ter as antenas para que essa comunicação não fique em ponto cego, atrapalhando a vida dos que querem se comunicar e não podem.

Fátima destaca debate sobre transposição do Rio São Francisco com ministro da Integração

A presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Fátima Bezerra (PT-RN), chamou a atenção ontem para uma audiência a ser realizada no dia 23 sobre a transposição do Rio São Francisco.

O ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, vai prestar contas sobre o empreendimento.

— A obra já foi retomada e vamos conversar para saber em que pé anda. Não basta só o canal, é preciso fazer obras complementares. Tem que acelerar parte social, que envolve, por exemplo, a construção de habitações

de famílias remanejadas. A parte social da Barragem de Oiticica anda a passos de tartaruga — afirmou.

A senadora também convidou os interessados para outra audiência, em setembro, sobre a Lei 13.180/2015, que trata da profissão de artesão. Segundo ela, a norma foi sancionada em 2015 e até hoje não foi regulamentada.

— Queremos dar continuidade a essa luta para regulamentar. Não basta só reconhecer a profissão — defendeu.

A reunião de ontem era deliberativa, mas não houve votação por falta de quorum.

Valadares comemora recursos para obras de revitalização

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que foram incluídos no orçamento da Codevasf recursos para licitar obra que vai levar água do Rio São Francisco a cidades de Sergipe e da Bahia. O senador citou projetos no Congresso que tratam da revitalização do rio, como a proposta dele que cria um fundo para esse fim.

— O velho Chico é prioridade do mandato que o povo do Sergipe me confiou — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Aprovado relatório de MP que parcela dívidas previdenciárias

A comissão mista da Medida Provisória 778/2017 aprovou ontem o relatório do projeto de lei de conversão apresentado à MP, que trata do parcelamento das contribuições previdenciárias de estados e municípios com a Fazenda Nacional.

A matéria, relatada pelo senador Raimundo Lira (PMDB-PB), ainda será votada nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Vai à Câmara projeto que obriga teles a informar consumidor sobre serviços

Empresas de telecomunicação deverão dar respostas imediatas sobre pedidos de instalação e manutenção, diz texto aprovado em comissão

A COMISSÃO DE Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem, em decisão final, projeto que assegura ao usuário o direito de obter das prestadoras de serviços de telecomunicações respostas imediatas, claras e completas sobre as solicitações de manutenção e instalação de serviços. O texto (PLS 129/2015) seguirá para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para a análise pelo Plenário do Senado.

Apresentado por Wilder Moraes (PP-GO), o texto original garantia ao cliente a oferta de um canal de comunicação direto com os funcionários res-

ponsáveis pelos procedimentos de instalação e de manutenção.

O senador argumenta que, como as empresas de telecomunicações frequentemente terceirizam esses serviços,

os usuários têm dificuldades para obter informações sobre o andamento dos procedimentos porque o contato é intermediado pelas centrais de atendimento das telefônicas. Ele

ressalta que, muitas vezes, os prazos não são cumpridos e o usuário sofre as consequências de não poder usar os serviços, sem ser avisado do adiamento.

O relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), alterou essa parte do texto por entender que a concessionária é a responsável pelo serviço, e não as empresas terceirizadas. Como muitas das empresas contratadas para instalação e manutenção são de pequeno ou médio porte, explicou, a exigência de *call centers* para cada uma pode se tornar excessiva. O novo texto prevê esse canal de comunicação direto com a empresa de telecomunicação, não com as empresas locais.



Autor da proposta aprovada, Wilder Moraes conversa com Jorge Viana

Empresas deverão oferecer entrega agendada de produtos

Ao comprar um móvel ou eletrodoméstico, o consumidor terá a opção de agendar a entrega na data e no turno mais convenientes para ele. Essa é a ideia do Projeto de Lei do Senado (PLS) 635/15, aprovado ontem pela Comissão de Transparência, Governança,

Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Se o projeto virar lei, o agendamento também será obrigatório para a prestação de serviços.

Conforme a proposta, apresentada pelo ex-senador Douglas Cintra, a empresa

poderá cobrar pela entrega ou visita agendada, mas deverá explicitar o preço do serviço no momento da compra ou contratação.

Se descumprir o horário, a empresa abrirá a possibilidade de o consumidor rescindir o contrato e deverá devolver o

valor pago pelo agendamento. Também estará sujeita a outras sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor.

O projeto é terminativo e por isso seguirá para a Câmara dos Deputados caso não haja recurso para votação no Plenário.

Normas que ampliam segurança de elevadores vão ao Plenário

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (CTFC) aprovou ontem duas propostas que tratam de normas relativas à segurança de elevadores. Ambas são do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) e seguirão para a Câmara se não houver recurso para análise em Plenário.

O PLS 136/2017 torna obrigatória a instalação de mecanismo que permita a saída segura e imediata de passageiros presos em eleva-

dor em caso de pane elétrica. Os elevadores deverão ter, pelo texto, iluminação de emergência.

O outro projeto, o PLS 137/2017, determina a aplicação das regras editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no dimensionamento dos elevadores de passageiros. Atualmente, as normas da ABNT são de uso voluntário, como explicou o relator das duas proposições, senador Gladson Cameli (PP-AC).

Comissão aprova regras para registro de cosmético orgânico

Para ser registrado como cosmético orgânico, o produto deve antes ter seus insumos certificados como prevê a Lei da Agricultura Orgânica (10.831/2003), ou seja, terem sido obtidos em sistema orgânico de produção agropecuário ou por processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local. A norma está prevista em projeto de Marta Suplicy (PMDB-SP) aprovado em decisão final na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

A senadora diz, na justificação do PLS 532/2015, que não há regulamentação no Brasil

para registro e comercialização de cosméticos orgânicos, o que coloca o país em desvantagem no mercado mundial. Marta cita dados do jornal *Valor Econômico* segundo os quais o mercado global de produtos orgânicos de cuidados pessoais movimentará, em 2020, US\$ 15,69 bilhões, com crescimento anual em torno de 9%.

Para o relator, Eduardo Lopes (PRB-RJ), devido à lacuna legal, o consumidor pode ser lesado caso um fornecedor de má-fé apresente na embalagem, ou em material publicitário, alguma referência ao caráter orgânico sem que isso possa ser comprovado.

Usuários devem ter informações detalhadas sobre tarifas públicas

O consumidor poderá ter acesso a informações detalhadas sobre subsídios e encargos praticados nas tarifas de serviços públicos, como luz e água, além de consultar pela internet dados de beneficiários de descontos tarifários e encargos setoriais, sejam eles cidadãos ou empresas.

A divulgação dessas informações está prevista no projeto de lei de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) aprovado ontem em decisão final pela Comissão de Transparência,

Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). O relator substituto do PLS 674/2015, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse que a prática de subsídios e desconto tornou-se uma rotina na prestação de serviços públicos no Brasil. Segundo ele, em determinados mercados, como o de energia elétrica, atinge anualmente valores bilionários.

Se não houver recurso para votação no Plenário, o texto seguirá para a Câmara.

Lindbergh defende tributar lucro e dividendos

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou a política econômica do governo Temer e o sistema tributário regressivo que prejudica os mais pobres. Para ele, quem mais paga imposto no país é a classe média. Somente dois países, exemplificou, isentam a distribuição de lucros e dividendos: Brasil e Estônia. Disse que, enquanto um assalariado paga 27,5% de Imposto de Renda, um megaempresário que recebe R\$ 300 mil de distribuição de lucros e dividendos não paga nada. Também criticou o desmonte das políticas à população carente.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Humberto, é "gafe" elevar Imposto de Renda

Humberto Costa (PT-PE) criticou ontem a intenção do presidente Temer de criar nova alíquota do Imposto de Renda. A proposta teve repúdio até da base de apoio do governo. Lembrou que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou que a proposta não passaria. Logo depois, o Planalto informou que não enviaria o projeto. Humberto defendeu a tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos de empresas e de investidores. Considerou o pretenso aumento do IR "mais uma gafe" de Temer.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reguffe critica possível aumento de impostos

Reguffe (sem partido-DF) criticou a intenção do governo de aumentar impostos. Para ele, o governo precisa fazer ajuste fiscal, mas sem mexer na receita. Na visão do senador, é necessário cortar despesas e parar de gastar sem responsabilidade.

— Eu tenho um lado: meu lado não é partido, não é governo. Meu lado é o lado do contribuinte brasileiro, que paga tributos caros e quer receber serviços públicos de qualidade pelo que paga. Hoje, paga e não recebe esses serviços.



Roque de Sá/Agência Senado

População poderá ter mais acesso à gestão de reservatório de água

Projeto que dá mais transparência e controle social à gestão dos reservatórios de água, mantidos por prestadores de serviço de abastecimento à população, foi aprovado ontem na Comissão de Transparência (CTFC).

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 444/2015, de Jorge Viana (PT-AC), permite que

a população acesse relatórios sobre o nível dos reservatórios de água para abastecimento público e outros dados relativos à segurança hídrica. Segundo Viana, isso evitará situações de escassez hídrica. Terminativa na comissão, a proposta seguirá para a Câmara se não houver recurso para análise em Plenário.